



IX SEMINÁRIO DE ESTÁGIO

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES E QUALIFICAÇÃO PARA MINISTRAR AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE FORMA INCLUSIVA E ADAPTADA PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS.

Karlyano de Oliveira Lopes (URCA) e-mail: karlyano.oliveira@urca.br, Juliana Gregório da Silva 1 (URCA) e-mail: juliana.gregorio@urca.br e Shisley da Silva Santos (URCA) e-mail: shisley.santos@urca.br

¹Departamento de Educação Física/Universidade Regional do Cariri

RESUMO

Este trabalho refere-se de um Relato de Experiência produzido a partir das vivências adquiridas pelos três autores enquanto estudantes de Educação Física da Universidade Regional do Cariri –URCA, com o objetivo de expressar as vivências e experiências adquiridas em uma Associação de Pais e Filhos Excepcionais - APAE de Juazeiro do Norte, durante a disciplina de Estágio Supervisionado V. Ressaltamos que o estágio foi vivenciado em tempos de pandemia o que fez com que a experiência e carga horárias fossem reduzidas com isso o estágio teve que ser realizado em 6 semanas por isso o início se deu no dia 18/05/2022 e finalizou-se no dia 22/06/2022 com carga horária de 4h aulas semanais, não podendo exceder essa quantidade pré estabelecida pelas professoras supervisoras.

Palavras-chave: qualificação, pandemia, experiência

INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se de um Relato de Experiência produzido a partir das vivências adquiridas em uma Associação de Pais e Filhos Excepcionais - APAE de Juazeiro do Norte, durante a disciplina de Estágio Supervisionado V, que se trata da Educação Física Adaptada, do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Regional do Cariri - URCA. Através deste trabalho buscamos relatar a realidade da organização, planejamento e desenvolvimento das aulas de Educação Física com o público que faz parte da instituição, as dificuldades e desafios enfrentados, e como trabalhar com alunos com deficiência intelectual ou múltiplas no estágio contribuiu para a nossa formação.

A APAE é uma instituição nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954 que tem como objetivo principal prestar serviços de assistência social no que se diz respeito a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência, conscientizando cada vez mais a sociedade. Assim como todas as instituições da rede, a APAE Juazeiro do Norte é uma associação beneficente que tem seu início em 1971 e sede construída 10 anos depois com apoio do então governador Virgílio Távora.

O Estágio Curricular Supervisionado é uma etapa de extrema importância para estudantes de licenciatura, visto que coloca o estudante em contato com diferentes concepções de ser professor, promovendo situações que permitem relacionar teoria e prática ao contextualizar a realidade escolar segundo Agostinho et al. [1]. Deste modo o Estágio Curricular Supervisionado é uma ferramenta crucial para a preparação do discente para sua futura área de atuação, nesse caso em contato direto com os alunos com deficiências e o uso de metodologias para que a inclusão destes alunos aconteça.

O trabalho se justifica pela importância de refletir sobre realidade da prática docente, no caso o Estágio Curricular Supervisionado com alunos com deficiência, pois concordamos com o que afirmam Fiorini e Manzini [2] que ainda existem muitas dificuldades no cotidiano para a construção de práticas inclusivas na rede regular de ensino, todavia, estas podem ser minimizadas ao se buscar práticas pedagógicas que incluam a todos os estudantes (com e sem deficiência).

O primeiro contato entre os discentes e a APAE aconteceu no dia 18/05/2022. Inicialmente por meio de uma (reunião e conversa) com a professora titular de Educação Física, que seria a colaboradora do estágio, após esse momento ficam autorizadas as visitas para observação, no primeiro momento, sem interferência nas aulas, apenas observar como aconteciam e observar o comportamento dos alunos.

A deficiência múltipla é composta de duas ou mais deficiências simultaneamente, estas podem ser físicas, emocionais, intelectuais, distúrbios neurológicos, linguagem, desenvolvimento motor, dificultando sua autonomia. Essas características atrasam o desenvolvimento global da criança, dificultando sua aprendizagem, a criança pode nascer ou adquirir características como baixa visão e deficiência física ou intelectual, cegueira e distúrbios neurológicos, surdez e mobilidade física, entre outros, de níveis que vão de leve a severo MEC [3]

DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÃO)

Nesse tópico iremos relatar sobre a experiência dos autores enquanto estudantes da disciplina de Estágio Supervisionado, faremos uma discussão baseada em outros trabalhos e outras experiências vivenciadas nesse campo de ensino para uma melhor compreensão.

1. OBSERVAÇÃO E PLANEJAMENTO: INÍCIO DA CAMINHADA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO V

Inicialmente conhecemos a instituição e os alunos, de acordo com as nossas análises das observações, a mesma compõe no corpo docente, uma profissional formada em Educação Física e a instituição possui um espaço favorável para o desenvolvimento das aulas, vale ressaltar que esse mesmo espaço não é uma quadra e sim um pátio, porém há uma piscina para atividades e lazer, salas com acessórios para ministrar uma aula com qualidade, a gestão escolar explana valorização e conscientização da importância que a disciplina Educação Física proporciona.

Vale ressaltar que diferente dos estágios anteriores, este estágio passou por uma mudança em relação à carga horária pois em decorrência da pandemia o impacto foi muito significativo perante as instituições de ensino com isso, o cronograma de aulas e semestres tiveram adaptações com carga horária reduzida. No caso do Estágio Supervisionado V a

quantidade de horas foi menor, totalizando no mínimo 24h aulas ao final, sendo 4h aulas de observação seguida de 20h aulas designadas à regência. O estágio teve que ser realizado em 6 semanas por isso o início se deu no dia 18/05/2022 e finalizou-se no dia 22/06/2022 com carga horária de 4h aulas semanais, não podendo exceder essa quantidade pré estabelecida pelas professoras supervisoras.

Em face da situação emergencial, cabe aos sistemas de ensino, secretarias de educação e instituições escolares promover a redefinição de critérios de avaliação para promoção dos estudantes, no que tange a mudanças nos currículos e em carga horária, conforme normas e protocolos locais, sem comprometimento do alcance das metas constitucionais e legais quanto ao aproveitamento para a maioria dos estudantes, aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, e à carga horária, na forma flexível permitida por lei e pelas peculiaridades locais . Brasil, p. 16.[4]

PLANO X PRÁTICA: AS DIFICULDADES DE COLOCAR EM PRÁTICA O PLANEJAMENTO

O planejamento inicialmente se deu a partir dos conhecimentos obtidos em aula pois recebemos instruções sobre o quanto há pluralidade e a aceitação dos alunos em relação às atividades visando trabalhar com a diversidade que encontramos nos alunos da instituição. A turma era diversa, composta por alunos de diferentes salas, adultos e crianças, as aulas foram todas práticas, realizadas no pátio (refeitório), sala de jogos e na piscina.

Os planos de aula ficaram ao nosso critério, no qual optamos por jogos, brincadeiras e circuitos, porém não tivemos muito sucesso nas aulas práticas, os alunos tinham dificuldades para entender e executar as atividades propostas por nós pois as limitações eram visíveis, tanto as motoras quanto as intelectuais. Diante disso, tivemos dificuldades para ministrar as aulas, foi onde a professora responsável pela turma nos deu suporte para executar as aulas, a mesma nos ajudou explicando e nos orientando sobre como ela dava aula, e disse como cada aluno se comportava, pelo que se interessavam, o que chamava atenção e gostavam de fazer.

[...] quando nos referimos à adaptação das atividades nas aulas de Educação Física, esta não deve ser pensada apenas para as pessoas com deficiência, ou a partir das deficiências, mas pensando na turma como um todo e planejando de modo que as atividades sejam flexíveis e acessíveis às possibilidades de cada um. Adaptar atividades é organizá-las de modo que todos se sintam em condições de exercê-la, oferecendo alternativas de participação, desafiando os estudantes a aumentarem os níveis de desafios construindo conhecimento sobre si e o modo como se relacionam com o mundo[...] Padilha, p32. [5]

Então, baseado nas orientações da professora da instituição, começamos a ministrar as aulas de acordo com o cronograma dela, fazendo alguns jogos e brincadeiras, na tentativa de nos aproximarmos dos alunos e conquistar a sua confiança. Na maioria das atividades eram feitas de acordo com a preferência de cada aluno, e não do que realmente elas precisavam ou "necessitavam" para seu desenvolvimento.

Mesmo com todas essas adversidades e reconhecendo a necessidade de utilizar outra metodologia, conseguimos interagir e aplicar as atividades, de acordo com a indicação da professora colaboradora, conquistando assim a confiança e atenção dos alunos.

Eventualmente são necessárias adaptações nas regras para que as pessoas com deficiência possam ser satisfatoriamente incluídas em determinadas atividades.

Para aumentar a chance de participação de um aluno com deficiência intelectual em um jogo coletivo, por exemplo, pode-se solicitar que antes de conceder a posse de bola à outra equipe, necessariamente a bola seja passada a esse aluno. Munster [6]

Tendo em vista as indicações da colaboradora buscamos sempre trazer atividades que se adaptam e que podem prender a atenção de maioria dos alunos, assim como fala CHICON [7] é recomendado que o professor ou estagiário esteja ciente de que a inclusão não é somente mudar e adaptar algo e sim ter uma perspectiva em que valorize a inclusão na sociedade.

O que está em questão no ensino inclusivo não é se os alunos devem ou não receber, de pessoal especializado e de pedagogos qualificados, experiências educacionais apropriadas e ferramentas e técnicas especializadas das quais necessitam. A questão está em oferecer a esses alunos os serviços de que necessitam, mas em ambientes integrados, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades. STAINBACK e STAINBACK, 1999 p.25 [8]

CONCLUSÃO

Mediante as discussões feitas no decorrer do trabalho, podemos concluir que adquirimos muito conhecimento relacionado à Educação Física Inclusiva para colocar em prática posteriormente com alunos com deficiência, seja ela criança ou adulta, deficiência motora ou intelectual. Pudemos adquirir também mais empatia, simplicidade e sensibilidade, este estágio foi extremamente enriquecedor, aprendemos a respeitar o próximo, e a sempre admirar cada batalha vencida, e a enxergar a beleza nos detalhes.

O Estágio Supervisionado V nos permitiu adquirir mais conhecimentos, possibilitado novas experiências práticas no decorrer da nossa formação acadêmica. Foi uma vivência muito importante não só para nossa formação como docentes, mais também como pessoas, que irá

contribuir de forma significativa em experiências futuras. As dificuldades encontradas serviram como aprendizado e superação.

Diante do relatado o resultado foi satisfatório pois, apesar dos obstáculos conseguimos nos adaptar a forma e metodologia de ensino proposto. Para nós foi uma experiência única que teve um grande aproveitamento teórico e prático que irá contribuir na nossa formação acadêmica e pessoal. Por fim, concluimos também que a grade curricular do estudante de Educação Física ainda tem defasagem sobre a educação física direcionada a pessoas com deficiências e os graduandos devem e precisam complementar sua formação continuamente para se atualizar sobre leis, especificidades, diversidade e até mesmo sobre novos métodos para trabalhar com o público de forma adequada.



IX SEMINÁRIO DE ESTÁGIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Agostinho, c. M. Et al. Estágio curricular supervisionado na área de educação especial: relatos de licenciandos em educação física. In: congresso nacional de formação de professores de educação física; congresso norte paranaense de educação física escolar, 4., 9., Londrina, 2019. Anais... Londrina, 2019. Disponível em: <http://www.Uel.Br/eventos/conpef/portal/pages/arquivos/anais%202019%20-%20artigos%20comunicacao%20oral%20e%20cartaz/estagio%20curricular%20supervisionado%20na%20area%20de%20educacao%20especial.Pdf>.
2. Ogden, cynthia L., Et al. "Prevalence of childhood and adult obesity in the united states, 2011-2012." Jama 311.8 (2014): 806-814. http://www.Cdc.Gov/nchs/data/hestat/obesity_adult_11_12/obesity_adult_11_12.Pdf
3. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão
4. Fiorini, m. L. S.; Manzini, e. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. Revista brasileira de educação especial, v. 20, n. 3, p. 387-404, 2014. Disponível em: <https://www.Scielo.Br/scielo>. Php?Pid=s1413-65382014000300006&script=sci_arttext.
5. Fiorini, m. L. S.; Manzini, e. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. Revista brasileira de educação especial, v. 20, n. 3, p. 387-404, 2014. Disponível em: <https://www.Scielo.Br/scielo>. Php?Pid=s1413-65382014000300006&script=sci_arttext. Acesso em:
6. Munster, m.A. Inclusão de estudantes com deficiências em programas de educação física: adaptações curriculares e metodológicas. Revista da sobama, marília, v.14, n.2, p.27-34, 2013.
7. Chicon, José Francisco. Inclusão na educação física escolar: construindo caminhos. 2005. Tese (doutorado) – universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 24 jul. 2022.
8. Padilha, l. O. Educação física e estudantes com deficiência: desafios da inclusão. Trabalho de conclusão de curso – licenciatura – centro de desportos, universidade federal de santa catarina, 2017.
9. Stainback, Susan; William, Stainback. Inclusão: um guia para educadores. In: inclusão: um guia para educadores. 1999. P. 451-451.
10. Brasil. Parecer CNE/CP N°: 19/2020. Reexame do parecer CNE/CP n° 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das diretrizes nacionais para a implementação dos dispositivos da lei n° 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas